

Velhos inimigos contra Jader

ABNOR GONDIM
Enviado especial

BELÉM – Velhas denúncias vão voltar a bater à porta do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), mesmo depois de ele ter merecido uma trégua do arquiinimigo Antonio Carlos Magalhães no seu discurso de renúncia.

O novo trombone contra Jader partirá de um antigo adversário, o advogado Paulo Lamarão, 49 anos, que reapareceu há duas semanas em Belém vindo do Ceará e anunciou ontem que vai movimentar várias ações populares propostas por ele contra Jader e seus aliados desde a década de 80.

Processo – A maioria delas estava paralisada por causa da ausência do advogado desde o início dos anos 90. A mais conhecida é a ação popular movida em 1986 para apurar desvio de recursos do Banco do Estado do Pará.

O processo desapareceu do

cartório da 21ª Vara Cível da Justiça Estadual. Nele constava que um relatório do Banco Central sobre cheques do Banpará que foram parar em contas particulares supostamente ligadas ao então governador em uma agência do Banco Itaú no Rio.

Lamarão disse que vai pedir a restauração do processo, inclusive com a remessa de três relatórios do BC sobre os cheques suspeitos. Ele tomou essa iniciativa porque desconfia da atuação do Ministério Público Estadual para apurar o caso após tantos anos. No início de maio, três promotores foram designados para analisar a documentação do BC e propor ações de resarcimento contra os responsáveis pelos danos causados ao banco. Eles desarquivaram o caso, após o Conselho Superior da instituição rever decisão tomada por outro promotor.

Outra ação que está paralisada atinge um dos homens de confiança do presidente do Senado, o ex-deputado estadual

Hamilton Guedes, hoje advogado do Diretório Estadual do PMDB. Em 1986, Guedes recebeu em sua conta bancária um depósito equivalente a US\$ 50 mil, no mesmo dia em que tal quantia foi paga ao Instituto Tecnológico de Brasília, uma empresa contratada pelo banco para obter um aviso de prioridade do governo a um empréstimo de US\$ 20 milhões. Guedes era diretor administrativo do Banpará indicado pelo próprio Jader.

Lamarão afirmou que pediu à Justiça a marcação da audiência de instrução e julgamento do caso. De acordo com as peças da ação, a audiência deixou de ser realizada em 1993 porque o advogado não foi localizado em Belém.

Ações – Outras ações propostas por Lamarão envolvem assuntos diversos, como a compra de um apartamento de cobertura em Belém e do plantio de um seringal financiado pelo governo.

O autor das ações é considera-

do como um desqualificado moral pelo senador, que o acusou de tentar extorqui-lo nos anos 80 para desistir das ações. Além disso, Lamarão foi preso pela Polícia Federal há alguns anos com cocaína na barraca que mantém na praia do Futuro, em Fortaleza.

Na segunda-feira passada, o retorno de Lamarão a Belém foi saudado pelo jornal da família do senador, o "Diário do Pará", com a notícia de que a PF está monitorando seus passos porque ele seria ligado ao traficante Fernandinho Beira-Mar. "Essa perseguição me estimulou a remexer as ações", disse Lamarão.

A favor do advogado está o fato de que uma de suas ações causou a condenação de Jader e do ex-ministro da Reforma Agrária Nelson Ribeiro. O caso envolvia a desapropriação irregular de uma área em Belém para a construção de casas populares, mas a maior parte do imóvel ficava submersa. Jader anulou a sentença após cancelar a desapropriação.